

**O GÊNERO COMO CONTEÚDO ESCOLAR DA SOCIOLOGIA:  
UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA NO PNLD 2018**

Caroline Souza de Castro<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo observar como as questões de gênero se apresentam nos livros didáticos de Sociologia do Plano Nacional do Livro Didático 2018 (PNLD 2018). Parte-se do pressuposto teórico da recontextualização pedagógica apresentado por Basil Bernstein e da teoria da educação emancipatória de Paulo Freire e bell hooks para realizar o resgate histórico das questões de gênero, das teorias feministas e do papel da escola e o processo de introdução do gênero nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). A partir disso e da compreensão da intermitente história da Sociologia no Ensino Médio se discute como a inclusão das questões de gênero é apresentada no edital do PNLD 2018 – Sociologia para, por fim, ser realizada uma análise dos cinco livros aprovados no PNLD 2018, observando os temas, autores e teorias que são escolhidos para serem relacionados com a questão de gênero.

**Palavras-chave:** Gênero, Educação, Sociologia, livro didático, recontextualização pedagógica.

**ABSTRACT:** This article aims to observe how gender issues are presented in the sociology textbooks of the 2018 National Textbook Plan (PNLD 2018). It is based on the theoretical assumption of the "pedagogical recontextualization" presented by Basil Bernstein and the theory of emancipatory education of Paulo Freire and Bell hooks to realize the historical rescue of gender issues, feminist theories and the role of the school and the process of introduction of the genus in the National Curricular Parameters (NCP). From this and the understanding of the intermittent history of sociology in Secondary School, it is discussed how the inclusion of gender issues is presented in the 2018 PNLD ed. - Sociology, to finally carry out an analysis of the five books approved in PNLD 2018, noting are the themes, authors and theories that are chosen to be related to the gender issue.

**Keywords:** Gender, Education, Sociology, textbook, educational recontextualization.

### **Introdução**

Este artigo é fruto de pesquisa desenvolvida durante o curso de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica e tem como objetivo observar como as questões de gênero se apresentam como conteúdo da Sociologia Escolar, considerando que as questões de gênero são compostas por elementos que compreendem os debates históricos oriundos dos estudos de gênero, como os debates sobre sexualidade, papéis sociais, desigualdade, dentre outros.

---

<sup>1</sup> Caroline Souza de Castro é graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialista em Ensino de Ciências Sociais no Ensino Básico e professora de sociologia da rede pública estadual de ensino do Rio de Janeiro. E-mail: carolinesdc@gmail.com.

A Sociologia é uma disciplina que tem retorno recente como disciplina obrigatória no Ensino Médio. A intermitente história da sociologia enquanto disciplina escolar coloca desafios aos professores em construir uma tradição de ensino para a disciplina que a justifique e legitime enquanto tal. Neste sentido, este estudo é academicamente importante porque ajuda a contribuir com acúmulos necessários sobre os componentes curriculares da sociologia no Ensino Médio.

Esta pesquisa tem como inspiração a contribuição dos estudos feministas apontadas por Louro (1997) que criticam a objetividade, a neutralidade e a isenção como valores da produção acadêmica. Abertamente se defende aqui que estes valores devem ser problematizados e transgredidos. Neste sentido, também nos inspiramos na contribuição pedagógica de Paulo Freire e bell hooks, que defendem que a escola não é um simples espaço de reprodução de valores sociais construídos. Acredita-se que a escola deve ser um espaço que contribua para a autonomia do estudante, através do estímulo ao pensamento crítico, de modo que a escola possa contribuir para o combate às desigualdades sociais de maneira geral, e no que tange ao objeto deste trabalho, o combate à desigualdade de gênero.

Sendo assim, este trabalho investigará as questões de gênero a partir da análise interpretativa dos livros didáticos. Sarandy (2004) aponta que o livro é o principal instrumento de escolarização e letramento da sociedade e se pode dizer que, com a implantação da distribuição pública dos livros didáticos de forma gratuita para todas as escolas públicas, através do PNLD, o livro ganha ainda mais importância no cenário educacional brasileiro.

Além disso, como aponta a pesquisa de Meucci (2011), a análise dos manuais e livros didáticos permite identificar os registros dos acúmulos sociológicos, observando quais as opções de autores, temas e conceitos foram escolhidos para serem apresentadas em cada manual e livro. Sendo assim, o livro se constitui como uma importante fonte de registro documental em determinado contexto histórico.

Para a análise dos livros didáticos, este trabalho parte do pressuposto teórico da *recontextualização pedagógica* (BERSTEIN, 1996). Na teoria de Bernstein existem três campos para a recontextualização escolar: o campo da produção, o campo da reconstrução e da reprodução, sendo o primeiro composto pelas universidades e espaços acadêmicos, o segundo composto pelas instituições e agentes da educação que formulam as normas e leis sobre conteúdos escolares e o terceiro composto por setores que apresentam o conteúdo

recontextualizado a outros setores, como é o caso da educação através do livro didático (QUEIROZ, 2016).

Este artigo visa analisar os três campos da recontextualização pedagógica das questões de gênero na sociologia escolar, tendo como objeto privilegiado de análise o livro didático. Cabe destacar que se optou por fazer uma análise interpretativa dos livros de 2018 por constituírem o mais recente acúmulo registrado sobre o tema.

Num primeiro momento, busca-se fazer um resgate mais geral sobre o desenvolvimento da produção das teorias feministas ao longo da história, destacando as contribuições formuladas durante as três ondas do feminismo e tendo como objetivo resgatar o conceito de “gênero” e quais são as questões que derivam do estabelecimento deste conceito como categoria de análise sobre as questões das mulheres.

Em seguida, este estudo se debruça a investigar o campo da reconstrução pedagógica, debatendo como o gênero se tornou uma questão importante para as políticas públicas de educação, especificamente o campo da reconstrução pedagógica na Sociologia, tendo o Plano Nacional do Livro Didático 2018 como objeto de análise, compreendendo que este plano, assim como os documentos curriculares, funciona como um importante *indutor curricular* (BERSTEIN, 1996) que formula as bases dos conteúdos da sociologia escolar.

Por fim, e como objetivo principal, apresenta-se uma análise interpretativa detalhada dos livros didáticos do PNLD 2018 como produto da reprodução da recontextualização pedagógica da questão de gênero na sociologia escolar. Observa-se, em especial, como e quais são os temas, conceitos, teorias e autores mobilizados quando se aborda a questão de gênero nos livros de sociologia do PNLD 2018, que são: Sociologia (Editora: Scipione), Sociologia hoje (Editora: Ártica), Sociologia para jovens do século XXI (Editora: Imperial Novo Milênio), Tempos modernos, tempos de Sociologia (Editora: Brasil) e Sociologia em Movimento (Editora: Moderna).

### **1. A abordagem pedagógica de gênero: histórias e trajetórias de uma questão polêmica**

As discussões sobre gênero surgem no bojo das formulações das teorias e do movimento feminista. Não se pode dizer, hoje, que existe apenas uma teoria assertiva e finalizada sobre a construção social do gênero e sua relação com o sexo biológico. Optou-se por refazer essa

caminhada através do que se convencionou chamar de ondas do feminismo, porque, desta forma, se pode sistematizar os debates em 3 etapas de acúmulos teóricos.

Neste trabalho demarcaremos as *três ondas do feminismo* a partir das demandas específicas dos movimentos de mulheres e teorias feministas defendidas em cada época. Esse método pode parecer reducionista, tendo em vista que as teorias não desaparecem a partir da construção de outra no decorrer do tempo, mas por outro lado, nos permite sistematizar uma trajetória de acúmulos importante para compreender os *feminismos*.

O artigo de Prá e Giongo (2015) faz uma revisão histórica apontando que a condição biológica dos corpos foi determinante nas primeiras análises sobre o sexo, estabelecendo uma hierarquia biológica. Tendo a família como base da organização em sociedade, a condição biológica feminina de reprodução possibilita a construção cultural do lugar social da mulher na esfera privada (tarefas domésticas) e em paralelo do homem ao espaço público (trabalho).

No início do século XX observamos - ainda que de modo incipiente e abrangendo apenas as mulheres brancas que constituíam a elite da época -, um importante movimento de feministas que passaram a reivindicar direitos civis, políticos e sociais. Uma das principais pautas das *sufragistas* naquela época era o direito a se candidatar e a poder votar, levantando questões sobre a cidadania feminina, denunciando o acesso desigual de direitos entre homens e mulheres. Este movimento, que se inicia na Europa, se espalha internacionalmente como uma onda de reivindicações, ficando conhecido como o período histórico da *primeira onda do feminismo*.

Dando continuidade ao amadurecimento das contribuições feministas na história, Beauvoir (1949) construiu um dos mais importantes livros sobre a divisão dos papéis sociais dos sexos, atentando prioritariamente para os aspectos culturais na formação do feminino e do masculino e também para a hierarquia de posições entre eles. A autora analisa as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres e não atribui essa distinção de posições sociais à biologia, mas ao conjunto de valores sociais e morais construídos. Desta forma, a autora também se dedica a investigar as estruturas sociais, os costumes e valores que geram essa condição.

Esta concepção, que se contrapõe a ideia de determinismo biológico muito defendida anteriormente, pavimenta o caminho para as bases da teoria de gênero e, na esteira dos avanços dos estudos sobre a mulher nos idos dos anos 60, o feminismo passa a se desdobrar em uma

série de teorias sobre a condição feminina. Mais à frente outras autoras como Joan Scott (1995) e Judith Butler (1993) vão contribuir para desnaturalizar a dualidade sexo/gênero e cultura/natureza, consolidando a transição dos chamados “estudos das mulheres” para os “estudos de gênero”.

Os estudos de gênero, espaços que as mulheres passam a ocupar, apresentam a crítica ao determinismo biológico. Neste campo, compreende-se que o conceito de gênero não vem para substituir o conceito de sexo, mas para diferenciar a condição de construção de papéis sociais femininos e masculinos (gênero) da condição biológica (sexo). Em que pese as muitas vertentes teóricas que se apoiam no conceito de gênero, a *segunda onda do feminismo* ficou marcada pela ideia de que não há uma condição biológica que determine o gênero.

A *terceira onda do feminismo* incorpora uma pauta de reivindicações e debates muito mais ampla, incorporando influências das teorias pós-coloniais, que formam as bases do feminismo negro e indígena, e da teoria pós-estruturalista, formando as bases da *teoria queer*. Se a segunda onda do feminismo abordou os efeitos das estruturas sociais sobre a construção do gênero e a opressão das mulheres, a terceira onda buscou contestar a ideia de universalidade, de objetivos comuns e padronizados a todas as mulheres.

Os debates feministas inspirados pela lógica pós-colonial (ou decolonial), como os apresentados por bell hooks e Angela Davis, apontam que sexismo, racismo, heteronormatividade e classismo se utilizam do mesmo método de naturalização, inclusive com justificativas biológicas, de costumes e estruturas sociais que reproduzem papéis sociais de subordinação. Essas autoras apontam que as análises feministas anteriores careciam de construir a relação da opressão de gênero a partir de outros olhares feministas, não só os de mulheres brancas dos países do norte do planeta.

Nesse sentido, apresentam discordância quanto a cronologia sugerida pelas ondas do feminismo, argumentando que o feminismo negro é muito anterior ao movimento sufragista, por exemplo. Já as feministas pós-estruturalistas avaliam que, embora se tenha estudado na segunda onda a situação relacional entre homens e mulheres, essas duas personificações de gênero já não eram mais as únicas e, portanto, era preciso superar essa oposição exclusivamente binária.

Durante todos esses anos foi importante a efervescente produção de teorias e atuação de movimentos feministas em diferentes perspectivas. Não há como encontrar um consenso dentre

todas as teorias feministas, mas se entende que a perspectiva crítica do feminismo escancara a importante questão da subordinação feminina ao masculino.

A categoria gênero é, desde a década de 70, usada na academia e no movimento feminista, sendo que, a partir dos anos 90, torna-se foco de políticas públicas. A Conferência Internacional de Populações e Desenvolvimento (CIPD) das Nações Unidas, em 1994, reuniu 179 países e aprovou um Plano de Ação (POA) com duração de 20 anos, utilizando pela primeira vez o termo gênero, apontado como uma das metas a equidade de gênero.

No Brasil, o debate de gênero tem movimentado muitas opiniões. Setores conservadores, ligados ao fundamentalismo cristão, tem feito uma ampla campanha de desinformação contra a *ideologia de gênero* nas escolas públicas. No site do Movimento Escola Sem Partido é possível observar conteúdos que afirmam que a *ideologia de gênero* é responsável por “doutrinar crianças e adolescentes os ensinando a ser homossexuais”. Dentre as polêmicas levantadas pelos defensores desse projeto está a pretensa exclusão da *ideologia de gênero* das salas de aula.

Este é um tema que mobiliza muitos setores conservadores e que se apresentou nas redes sociais com hashtags como #MeusFilhosMinhasRegras e #NãoMexamComAsNossasCrianças, dentre outras.

Sobre a campanha contra a *ideologia de gênero*, Penna (2017) relata que:

Uma das imagens que captura isso, um dos *memes*, coloca uma “família tradicional” (um homem e uma mulher, um filho e uma filha), com os pais segurando um guarda-chuva, no qual está escrito “minha família, minhas regras”. Chove sobre eles uma chuva com as cores do arco-íris, uma referência bastante direta ao que eles chamam de ideologia de gênero”. Como eles usam esse termo “ideologia de gênero”? Seria uma ideologia anti-família, uma tentativa transformar os jovens em gays e lésbicas, um ataque à família. (PENNA, 2017, p. 45).

A principal disputa em torno do gênero se dá no âmbito das políticas públicas de educação. Antes de observar o ensino de gênero e a educação, cabe analisar porque a escola se tornou centro dessa grande polêmica.

No livro *A reprodução* (1970), Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron analisam o sistema de ensino francês e afirmam que os valores sob os quais a escola se organiza são estabelecidos para perpetuar as relações de poder e, neste sentido, a escola vem recebendo crítica dos setores progressistas desde muito tempo, por não ser capaz de estimular que os

estudantes sejam indivíduos pensantes, autônomos e críticos à lógica social na qual estão inseridos.

De acordo com as pesquisas de Apple (1982) sobre o currículo, observa-se que no currículo se costuma adotar a dinâmica de reprodução de conteúdo, que serve para legitimar privilégios e poderes constituídos. Como observaremos mais a frente, não só conteúdos podem reafirmar a condição de reprodução de desigualdades, mas a ausência de conteúdos também pode contribuir para a reprodução de valores, tendo em vista que a sua exclusão impossibilita a desnaturalização e crítica de poderes estabelecidos, como é o caso do debate de gênero nas escolas.

Para que a educação possa contribuir com a emancipação do indivíduo, ela precisa ser realmente libertadora. O livro *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1970), aponta que a pedagogia não pode ser apresentada somente a partir da ciência abstrata, uma ciência num vazio. É preciso relacionar o conteúdo pedagógico com a realidade vivenciada pelo estudante, para que ele possa se conscientizar sobre o seu lugar no mundo.

## **2. A questão de gênero na educação brasileira**

No período da redemocratização, diversos debates sobre a educação foram reacendidos na sociedade e foi na esteira desses acontecimentos que movimentos sociais e intelectuais do campo do gênero passaram a reivindicar a entrada do gênero como componente curricular. Assim como em diversos países do mundo na década de 90, o Brasil vivenciou um período de expansão do termo gênero nos estudos acadêmicos e também ganhou cada vez mais reconhecimento nos movimentos feministas (LOURO, 1997).

Toda essa visibilidade resultou posteriormente na adoção de políticas públicas para o enfrentamento da desigualdade de gênero. O debate sobre a inclusão do gênero no conteúdo escolar logrou êxito em 1997 com a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (distribuídos para todo o Brasil em 1998). Este é o grande marco da inclusão do ensino de gênero no ensino básico que, pela primeira vez, foi incluído como tema curricular.

A parte do documento que se refere diretamente ao ensino sobre gênero define este conceito como um conjunto de representações sociais e culturais com base no sexo biológico.

Enquanto afirma que o sexo é sobre questões anatômicas do corpo, o gênero é o que agrega os valores sociais sobre a construção do feminino e masculino (BRASIL, 1998).

A definição sobre o ensino de gênero aponta para a desnaturalização da divisão dos papéis sociais, ajudando a demonstrar o processo histórico de construção hierárquica, onde homens são mais valorizados que mulheres nas relações de trabalho, família, movimentos sociais e poder político.

Embora o objetivo deste trabalho não seja tratar frontalmente as questões do ensino sobre a sexualidade, destacamos sua relevância a partir da *terceira onda do feminismo*, quando a temática da orientação sexual ganha espaço nos estudos de gênero, por exemplo com as contribuições de Judith Butler sobre a desconstrução de padrões de gênero e da heteronormatividade.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais a temática de gênero aparece como sub tópico do tema transversal orientação sexual. Entretanto o faz sem apresentar a dissolução das barreiras de gênero e sexo como tema escolar e deixando de fora assuntos como a questão dos indivíduos transgêneros. A ausência da questão transgênero dos currículos demonstra exclusão de uma questão importante, por vezes vivenciada por estudantes nas próprias escolas. De todo modo, em que pese essa limitação, fazer a discussão sobre gênero nas salas de aula possibilita que o estudante possa ter conhecimento sobre novos valores que permitam exercício das suas individualidades, da cidadania e da democracia.

No processo de análise desenvolvido por Apple (1982), o autor aponta que três elementos básicos precisavam ser desenvolvidos para se debater a ideologia dominante nos currículos: *as interações cotidianas, o currículo oculto e a base intelectual dos educadores*. Isso significa dizer que para além do que está escrito nos documentos oficiais, é preciso observar outros elementos não ditos, mas que estão presentes nas escolas.

Pode-se observar, por exemplo, que a questão da divisão de papéis entre homens e mulheres é observada nos conteúdos escolares, na distinção entre escolas para meninos e meninas, quando se distinguem nas aulas entre esportes de meninos e de meninas, e até mesmo quando imagens ilustrativas dos livros que colocam as mulheres nas tarefas domésticas enquanto os homens são retratados nas esferas públicas.

Incluir o conceito de gênero na escola não significa incluir a questão da divisão dos papéis sociais, porque eles já estão presentes nas interações cotidianas, no currículo oculto e na Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 24, 2º sem. 2019, p. 33-50.



base intelectual dos educadores, mas, como apontado aqui anteriormente, as práticas escolares apresentam as divisões dos papéis de gênero a partir do não dito ou do *currículo oculto*, de maneira a reproduzir os papéis de gênero hierárquicos dominantes na sociedade. Assim, incluir o conceito de gênero nas escolas significa incluir a discussão sobre os papéis de gênero, de modo a desnaturalizar as condições dadas, estimulando o estranhamento dos estudantes sobre padrões estabelecidos para observar a sua realidade e poder questioná-la.

A presença deste tema nos Parâmetros Curriculares Nacionais não se deu de forma consensual, ao contrário, da mesma forma que mobilizou movimentos feministas inspirados nas diferentes vertentes em defesa da inclusão, também mobilizou muitos setores conservadores, especialmente inspirados pelo fundamentalismo cristão. Não por acaso, grupos contrários ao ensino de gênero se organizam - contra a inclusão do debate, criminalizado como uma *ideologia de gênero* que estaria presente nas escolas -, através do projeto de lei Escola Sem Partido, que busca proibir a utilização do termo gênero nas salas de aula.

Apple (2004) aponta que vivemos um momento de *guinada conservadora* e que esse processo é resultado da organização de setores que buscam resistir a inovações que colocam em risco os seus privilégios. Entretanto, a situação é muito mais complexa, pois não se trata de uma ação dos setores mais privilegiados da sociedade pela disputa curricular, mas da configuração dos novos blocos hegemônicos que articulam a integração da educação, economia, conflitos culturais, de classe, de raça e gênero, especialmente a partir dos anos 2000.

Embora as análises de Apple se concentrem em estudos sobre as reformas educacionais nos Estados Unidos, esse é um movimento mais amplo, tal como vemos no Brasil, onde se pode observar a confluência de setores na defesa do Projeto de Lei nº 867/2015 que cria o Programa Escola Sem Partido.

O Projeto de Lei Escola Sem Partido foi criado em 2004 e apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo deputado Flávio Bolsonaro (PSL). Desde então, o mesmo projeto já foi apresentado em diversas casas legislativas em todo o país, inclusive na Câmara Federal em 2015 e no Senado em 2016. O projeto apresenta como objetivos combater o ensino ideológico nas escolas e defender o direito dos pais sobre a educação moral dos seus filhos, chegando a ser aprovado em algumas casas legislativas.

Dentre as polêmicas levantadas pelos defensores desse projeto está a exclusão do debate gênero nas escolas. Na campanha que empreendem contra a *ideologia de gênero*, o que

Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 24, 2º sem. 2019, p. 33-50.

se observa é que há muita confusão sobre o que de fato é o ensino de gênero nas escolas. Vejamos, então, o que dizem os PCN:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero. (BRASIL, 1998, p. 321 e 322)

Como se pode observar, o que está previsto no documento nacional em nada se relaciona com a ideia de ideologia de gênero do Escola Sem Partido. O ensino de gênero nas escolas busca construir uma visão crítica sobre a desigualdade entre gêneros para que se possa construir uma sociedade mais justa e tolerante. Em que pese que os PCN’s apresentem uma série de possibilidades de se trabalhar a questão de gênero nas escolas de forma interdisciplinar, coube à sociologia a tarefa de encará-la como conteúdo curricular oficial.

### 3. O gênero como conteúdo escolar nos livros didáticos de Sociologia

Diante da polêmica apresentada anteriormente sobre o ensino de gênero nas escolas, queremos nos dedicar a investigar então, o que é o ensino de gênero na sociologia escolar. Para isto, analisaremos os livros didáticos do PNLD 2018 utilizando o conceito de *recontextualização pedagógica* formulado por Bernstein (1996) que afirma que a ciência, ao ser transferida para as escolas, passa por um processo de reformulação que constrói um discurso pedagógico que é reorganizado para as salas de aula das escolas e que, portanto, deve assumir um formato diferente das salas de aulas universitárias e de todo ambiente acadêmico.

Berstein (1996) chama de *princípio recontextualizador* o estabelecimento de relações entre discursos de matizes diferentes para se estabelecer um modelo escolar. O final do processo de recontextualização é o resultado da síntese das disputas em torno do que deve ser considerado mais relevante como conteúdo escolar. Sendo assim, o autor afirma que a recontextualização não é apenas uma simples adaptação de um conhecimento acadêmico em

conhecimento escolar. A construção do discurso pedagógico é uma “arena de conflitos” que vive a mediação de relações de poder e interesses, até se concluir sobre os temas que devem ou não estar nas escolas.

Considerando a intermitência da Sociologia no Ensino Médio e as dificuldades de formulações curriculares decorrentes dessa trajetória, não se pretende esgotar o debate sobre o currículo da sociologia nas escolas neste trabalho. O debate sobre os conteúdos escolares e sobre como as reformas educacionais se relacionam com as defesas de projetos de sociedade, avançam de acordo com determinados contextos históricos e, por isso, são mutáveis. A inclusão ou exclusão dos componentes curriculares de uma determinada disciplina são decididas por disputas historicamente contextualizadas, em que se constrói o que é necessário de ser ensinado.

Para a análise do conceito de gênero na Sociologia, optou-se por analisar os livros didáticos de sociologia do PNLD 2018. A escolha dos livros como objeto de análise é feita por estes representarem o produto mais recente da recontextualização do debate e das questões de gênero para o Ensino Médio. No que tange este trabalho, duas etapas do PNLD são fundamentais para compreender como o processo de seleção dos livros didáticos influencia os conteúdos curriculares.

A primeira delas é o edital, que estipula as regras para as editoras candidatas. A segunda etapa são as avaliações divulgadas no Guia Nacional do Livro Didático, em que é apresentada uma avaliação sobre cada livro aprovado no PNLD 2018.

O anexo III do edital de convocação do PNLD 2018 estabelece os princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas para o Ensino Médio, realizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Secretaria de Educação Básica (SEB), ambos ligados ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Destaca-se como objetivo geral preparar o estudante para uma formação integral e sólida, garantindo sua emancipação e autonomia, e apontando que as propostas pedagógicas das obras didáticas devem construir valores para a formação cidadã.

Neste anexo se apresentam uma série de critérios que são eliminatórios. A conformidade à legislação, aos documentos de diretrizes curriculares e a incorporação da interdisciplinaridade são listados nele. Além disso, o Anexo III do edital versa sobre princípios e critérios para avaliação de obras didáticas destinados ao Ensino Médio e chama a atenção para a observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social, Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 24, 2º sem. 2019, p. 33-50.

apontando que serão excluídas obras que fizerem utilização do material como veículo de publicidade, veicularem estereótipos ou qualquer forma de discriminação.

A partir da análise dos elementos que orientaram a escolha dos livros, compreende-se que o PNLD se configura como uma importante etapa da reconstrução do conteúdo para a recontextualização pedagógica, tendo em vista que, para a elaboração do edital, são apresentados uma série de critérios e questões que foram vetados ou que devem ser obrigatoriamente incluídos.

Limoeiro (2016) afirma que:

Comparando os livros didáticos de sociologia aprovados pelo PNLD 2012 e 2015 observa-se um aumento significativo (quantitativo e qualitativo) na abordagem sobre gênero e sexualidade nos livros mais recentes. Além dos espaços exclusivos que o tema ganha nos quatro livros novos aprovados no PNLD 2015, como capítulos ou tópico, gênero e sexualidade aparecem relacionados a outros temas, como: movimentos sociais, trabalho, direitos e cidadania, desigualdades sociais, socialização, instituições e controle social, preconceito/discriminação, poder, família brasileira, violência, velhice, cultura e ideologia e identidade. [...] A maior presença do tema nos livros, quando comparamos o PNLD 2015 em relação ao PNLD 2012 indica uma mudança no currículo da sociologia escolar, quando pensamos em quais temas ocupam um lugar privilegiado ou são considerados clássicos da disciplina. (LIMOEIRO, 2016, p. 69-70)

Dando continuidade à análise da presença de gênero nos livros didáticos de sociologia com base nos livros incluídos no PNLD 2018, partimos do livro *Sociologia* (Editora Scipione) que faz a opção pedagógica de divisão por temas, em que as questões de gênero aparecem de maneira transversal, divididas em diferentes capítulos, com uma concentração maior das questões de gênero no capítulo 3 (que aborda questões atuais da família) e no capítulo 4 (sobre os sentidos do trabalho).

Não são apresentadas teorias ou autoras feministas e o livro não apresenta a pluralidade correspondente às ondas do feminismo. A perspectiva de gênero aparece sem uma definição sobre o conceito e, portanto, também não se desenvolve a perspectiva de construção social da identidade de gênero, deixando de fora do livro um dos temas mais atuais das teorias feministas, como a teoria queer e as questões multiculturalistas.

*Sociologia Hoje* (Editora Ática) tem uma divisão bem demarcada entre as três áreas das Ciências Sociais, tendo a primeira unidade dedicada às discussões da Antropologia, a segunda à Sociologia e a terceira à Ciência Política. Os conteúdos de gênero não aparecem num capítulo

específico, mas estão bem distribuídos em quase todos os capítulos da primeira e da segunda unidade. Entretanto, na última unidade, gênero aparece somente em dois momentos, sem desenvolver muito os aspectos relacionados a mulheres, poder e política. Um elemento importante é que o gênero aparece como um tema contemporâneo relevante para a Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

O livro *Sociologia para jovens do século XXI* (Editora Imperial Novo Milênio) opta pela divisão em capítulos por temas, apresentando também conceitos e teorias e tratando as questões de gênero de forma densa e aprofundada nos capítulos 22 e 23. Por outro lado, não se observa o gênero como uma questão transversal presente em outros capítulos.

O livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (Editora do Brasil) apresenta as questões de gênero de forma dispersa. Sem nenhum capítulo que concentre as questões de gênero, as autoras optaram por partir dos temas gerais e abordar gênero de forma transversal. O livro valoriza a apresentação de dados sobre a condição feminina, mas apresenta poucos conceitos e referências teóricas feministas. Se observa a predominância da abordagem das questões de gênero a partir da divisão dos papéis sociais na família e no trabalho, sem avançar em questões abordadas pelas feministas da terceira onda e sem referência às teorias pós-estruturalistas e multiculturalistas.

O livro *Sociologia em movimento* (Editora Moderna) tem uma diferença grande em relação aos outros livros aprovados no PNLD 2018 e foi construído por 17 autores que em sua maioria são professores do ensino básico. Este livro apresenta a divisão dos seus capítulos em temas e no interior de cada capítulo se desenvolvem os conceitos e teorias. O conteúdo de gênero, à exceção de algumas citações em alguns capítulos, está concentrado num denso capítulo que aborda de forma aprofundada as questões de gênero, relacionando-as a variados temas como trabalho, educação e família, dentre outros. Os autores demonstram atenção às ferramentas teórico-conceituais, apresentando a variedade de teorias e referências feministas.

### 3. Considerações finais

Na análise dos livros didáticos observou-se que a abordagem de gênero pode aparecer de forma descentralizada ou concentrada. Quando os conteúdos foram apresentados em um único capítulo, conceitos, teorias e autores foram mais aprofundados, como é caso dos livros *Sociologia para jovens do século XXI* e *Sociologia em movimento*. Por outro lado, os livros

*Sociologia, Sociologia hoje e Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, ao apresentarem os temas de forma descentralizada e transversal fazem com que as questões de gênero apareçam em diferentes momentos do ensino de sociologia.

De maneira geral, gênero é trabalhado nas questões de desigualdade social, sexualidade, mercado de trabalho, trabalho doméstico, violência, poder, participação política, família e movimentos sociais. Pode-se dizer que todos os livros debatem as questões que foram levantadas pela primeira e segunda onda do feminismo, abarcando a desnaturalização dos papéis sociais de modo crítico.

Observa-se também que apenas dois livros, aqueles que dedicam capítulos específicos para abordar gênero, abarcam contribuições da terceira onda do feminismo com suas influências multiculturalistas e pós-estruturalistas. Ambos possuem conteúdo mais denso e profundo, apresentando as ondas do feminismo e os aspectos da constituição da identidade de gênero e questões postas pela teoria *queer*.

Na tabela a seguir busca-se sistematizar as comparações propostas.

Tabela 1 – O Gênero a partir de temas, conceitos e teorias

	Sociologia	Sociologia Hoje	Sociologia para Jovens do Século XXI	Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Sociologia em movimento
Desigualdade Social	X		X	X	X
Mercado de Trabalho	X		X	X	X
Direitos Políticos	X		X	X	X
Família e Divisão Social do Trabalho	X	X	X	X	X
Família LGBT	X		X	X	X
Movimentos Sociais de Mulheres	X	X	X	X	X
Educação	X				
Conceito de gênero		X	X	X	X

Identidade Sexual		X	X		X
Transgeneridade e Identidade de Gênero			X		X
Patriarcalismo		X	X		X
Mulheres Negras			X		X
Violência			X		X

Fonte: A autora, 2019.

A análise da abordagem de gênero nos livros didáticos de Sociologia no PNL 2018 possibilita verificar a mobilização de conceitos, temas e teorias sobre gênero que, nos livros de abordagem concentrada e aprofundada podem permitir maior aproveitamento para alunos e professores. Entretanto, esses conteúdos não precisam ser utilizados somente em um momento do ensino médio, mas podem ser resgatados e trabalhados de maneira transversal nos temas ao longo dos anos, como alguns livros optaram por fazer.

Como visto, as questões de gênero têm mobilizado muitas opiniões no Brasil e podemos observar que há uma confusão sobre o que se convencionou chamar (principalmente pelos setores conservadores) de *ideologia de gênero* e o que de fato é o ensino de gênero nas escolas. Os conceitos e teorias apresentados pela teoria queer são, especialmente, alvos de muito questionamento por setores conservadores. Alguns dos argumentos críticos ao ensino de gênero afirmam se tratar de uma ideologia contra a família e uma tentativa de transformar jovens em gays e lésbicas (PENNA, 2018).

Entretanto, a partir da análise dos cinco livros didáticos de Sociologia do PNL 2018 não se comprova esta afirmação. O que podemos observar é que a questão de gênero como conteúdo da sociologia escolar se apresenta como uma ferramenta para questionar os padrões, a ideia de imposição de um modelo único de divisão dos papéis sociais, de família, de orientação sexual e de identidade de gênero, dentre outros padrões.

Ao abordar o conceito de gênero nas escolas e todos os temas que derivam deste conceito, o que se observa é um estímulo para que o estudante passe a desnaturalizar e estranhar comportamentos sociais construídos historicamente, para estimular o respeito à diversidade, superando relações desiguais.

Aproximar as Ciências Sociais da realidade do estudante é um desafio. Tratar as questões de gênero nos livros didáticos é um avanço para o ensino brasileiro, em particular para a sociologia escolar, tendo em vista que as questões observadas na abordagem de gênero constituem elementos da vida social dos próprios estudantes.

Se a escola pretende ter o papel de contribuir para a formação cidadã dos seus estudantes, ela não pode deixar de fora do seu currículo questões que são vistas como polêmicas, mas deve se debruçar sobre essa questão garantindo o livre pensamento de idéias e valorizando a diversidade.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael. A educação e os novos blocos hegemônicos. In: RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. (Cap. VII, p.111- 145)

APPLE, Michael. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Benilde Lenzi Motim. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2016.

BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, Tempos de Sociologia**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasil, 2016.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

BUTLER, Judith. **Meramente cultural**. Ideias, Campinas, v. 7, n. 2, p. 229-248, 2016.

BRETAS, Aléxia. **O heterossexismo é meramente cultural?** Judith Butler e Nancy Fraser em diálogo. Revista, Campinas, v. 8, n. 2, p. 228-246, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares Para o Ensino Médio, na Área Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei 11684/08**, Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, 2008.

Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 24, 2º sem. 2019, p. 33-50.



- BRASIL. **Dados estatísticos - Programas do Livro**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB 05/2001**. Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília. 2014.
- BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2018**, Apresentação: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1966.
- FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. *Mediações*, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.
- FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FRIGOTTO, Gaudêncio et al. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- HOOKS, Bell. A teoria como prática libertadora. In: HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Cap.5, p.83-104.
- KOLLONTAI, Alexandra. **Os fundamentos sociais da questão feminina** [extratos]. [S.l.]: Marxists, 1907. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/kollontai/1907/001.htm>.
- LEHER, R. Um Novo Senhor da Educação? A política Educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**. São Paulo, nº 03, p. 19-30, 1999.
- LIOMEIRO, Beatrice. **O gênero e a sexualidade como tema da sociologia escolar: uma comparação entre livros didáticos (PNLD 2012 e 2015)**. 2016. 79 f. Monografia (Curso de Especialização em Saberes e Práticas da Educação Básica). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.
- LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Epu, 1986.
- MEUCCI, Simone. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 2000. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

PENNA, Fernando. **O Escola sem partido como chave da leitura do fenômeno educacional.** In FRIGOTTO, Gaudêncio et al. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. P. 35 – 48.

PRÁ, Jussara; GIONGO, Marina. As três ondas do feminismo: gênero, sexualidade e feminismos. In: MAURO, Meirelles; MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro (Org.). **Atores sociais, diversidade e identidade.** Porto Alegre, RS: Cirkula, 2015, p. 83 - 115.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **A sociologia volta à escola: Um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil,** 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento.** 2ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade,** Rio Grande do Sul, Vol. 20, n. 2, p. 71 - 99, 1995.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História,** São Paulo, n. 45, p. 327-351, 2012.